

Assembléia favorece endividados

Washington — Contrariando sua habitual morosidade, a comunidade financeira deu grande impulso aos países em desenvolvimento na reunião anual do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, sobretudo ao aceitar a "co-responsabilidade" pela dívida externa e tomar iniciativas ousadas para aliviar seus ônus.

Ao encerrar-se a assembléia anual, as nações em desenvolvimento conseguiram a aceitação pelos Estados Unidos e as demais potências industrializadas de várias teses que, poucos anos atrás, teriam sido consideradas irrealis ou extremistas.

O presidente Ronald Reagan reconheceu pela primeira vez, no discurso de abertura da assembléia, que o problema da dívida "é também nosso problema", assim como o fizeram os ministros da Fazenda e presidentes de bancos centrais das demais nações industrializadas.

Igualmente explícita foi a aceitação da "co-responsabilidade" pelo diretor-gerente do FMI, Michel Camdessus, e o presidente do Banco Mundial, Barber Conable.

Surpresa

A grande surpresa, porém, foi

ter o secretário do Tesouro dos Estados Unidos, James Baker, aceitado o apelo das nações em desenvolvimento para que o Fundo faça muito mais em favor do crescimento, mudando as condições de seus créditos e dando maior flexibilidade aos países na gestão de suas economias e em suas negociações com os bancos privados.

Baker fez também uma proposta que os latino-americanos vêm pedindo há anos: que o FMI crie um fundo especial para compensar não apenas a queda nas receitas de exportação, mas também outros fatores alheios ao controle dos governos, como os desastres naturais e, o que é mais importante, a alta nas taxas de juros, que agrava o peso da dívida.

Antes da assembléia, Baker deu seu apoio a um considerável aumento de recursos do Banco Mundial, que quase duplicaria seu capital de 95 bilhões de dólares.

Assim fortalecido, o banco anunciou que expandirá suas operações, particularmente em benefício das nações endividadas.

Críticas

Camdessus, num encontro que precedeu a assembléia, fez duras críticas às nações industrializadas, advertindo-as que seus desequilíbrios comerciais e financeiros não

poderão ser sustentados além de 1988. E em seus discursos públicos fustigou constantemente os países industrializados pela inadequação de suas políticas de crescimento e por seu protecionismo.

O diretor do FMI empenhou-se também numa campanha para que os países em desenvolvimento — especialmente os latino-americanos — colaborem com ele para mudar a imagem do Fundo, em geral considerado um órgão dedicado aos ajustes econômicos e não ao desenvolvimento. Afirmou ele que apóia o desenvolvimento, e que os ajustes do FMI levarão em conta o crescimento com um componente fundamental. Para isso, acrescentou, o FMI revisará seus programas e as condições de seus empréstimos, cujo montante será aumentado.

Finalmente, Camdessus assinalou que o FMI prestará maior assistência técnica aos países na elaboração de programas econômicos e mobilizará recursos de outras fontes para as nações em desenvolvimento.

Os países industrializados também aceitaram outra tese fundamental dos países em desenvolvimento. A tese, encampada pelo FMI e o Banco Mundial, afirma que os ajustes devem ser "simétricos".